

'UNI-VOS, COMPANHEIROS: CULTURA POLÍTICA E MILITANTES DE ESQUERDA ARMADA EM UM PRESÍDIO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

José Airton de Farias¹

Resumo: O Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no Ceará, serviu de prisão política durante a ditadura civil-militar (1964-85). Na convivência cotidiana, os militantes da esquerda armada buscaram o apoio mútuo para atenuar as condições impostas e sobreviver dentro da estrutura carcerária da ditadura. Um sinal evidente da importância dessa solidariedade foi a organização de um coletivo de presos políticos no presídio. O coletivo organizava o dia dos excarcerados e os representava perante a direção do IPPS. A solidariedade entre os presos políticos tem vínculos com as culturas políticas comunistas nas quais estavam inseridos. Havia uma discussão sobre a natureza do coletivo, se eminentemente político, de enfrentamento com a ditadura, ou mais voltado para as questões de melhorias de vida dentro dos cárceres.

Palavras-Chave: Ditadura civil-militar; presos políticos; cultura política comunista

UNI-VOS, COMPANHOS: POLITICAL CULTURE AND MILITANTS OF ARMED LEFT IN A CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Abstract: The Paulo Sarasate Penal Institute (IPPS) in Ceará served as political prison during the civil-military dictatorship (1964-85). In daily life, militants of the armed left sought mutual support to alleviate the conditions imposed and to survive within the prison structure of the dictatorship. An obvious sign of the importance of this solidarity was the organization of a collective of political prisoners in the prison. The collective organized the day of the excarcerados and represented them before the direction of the IPPS. Solidarity among political prisoners has ties to the communist political cultures in which they were embedded. There was a discussion about the nature of the collective, whether eminently political, facing the dictatorship, or more concerned with the issues of life improvements within prisons.

Keywords: Civil-military dictatorship; political prisoners; communist political culture

* Esse artigo é resultado da tese *Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*, defendida em agosto de 2018 na Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ José Airton de Farias é doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História Social e bacharel em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Autor de mais 20 livros didáticos e paradidáticos de história, a exemplo de *História do Ceará* (Armazém da Cultura, 2014). Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

Um presídio político

Situado na região metropolitana de Fortaleza, no município de Itaitinga, o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) foi desativado em 2013 ante a precariedade das estruturas físicas e de funcionamento. Conforme a imprensa, era constante ali a violação de direitos humanos, afora as fugas e revolta dos internos. O IPPS havia sido inaugurado em 1970, no final do governo cearense de Plácido Aderaldo Castelo (1966-70), em pleno milagre brasileiro. O gigantismo do presídio se adequava às grandes obras e discurso de Brasil potência do período da ditadura civil-militar (FICO, 2016).

O Paulo Sarasate, entretanto, não acolheu apenas presos comuns. Nos anos 1970, serviu igualmente de presídio político, recebendo os inimigos do governo militar, em especial os ativistas da luta armada. No Pavilhão sete (P7), tais militantes, vistos como “terroristas” ou “subversivos”, tiveram de enfrentar novos desafios, buscando melhores condições de vida ou de sobrevivência dentro dos cárceres. Nesse processo, se redefiniram enquanto indivíduos e sujeitos políticos.

Não se sabe com exatidão o número de pessoas encarceradas por razões políticas no IPPS. Os arquivos do presídio foram destruídos nos anos 90 quando de revoltas dos presos comuns e boa parte da documentação da burocracia da ditadura civil-militar não está disponível aos pesquisadores no Ceará. Em um levantamento parcial, coletando nomes junto a ex-militantes, olhando fotos, jornais, alguns documentos disponíveis na Associação de anistiados cearenses (Associação 64/68), os termos de requisição de indenização dos militantes junto à comissão estadual Wanda Sidou e o livro de Papito de Oliveira (2009) sobre os trabalhos daquela comissão, encontramos o nome de 63 pessoas mantidas presas no Paulo Sarasate em virtude de alguma militância política. Desse número, 44 eram de integrantes de organizações armadas. Compete enfatizar que esse não é um dado definitivo, pela limitação dos documentos aos quais tivemos acessos. Possivelmente, o número seja um pouco maior.

Ressalte-se que fora intensa no Ceará, entre 1968 e 1972, a atuação de organizações guerrilheiras, sobretudo da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os ativistas eram, em geral, homens, jovens, estudantes

de classe média, inseridos nas tradições do fazer político cearense, marcado há séculos pela violência. A repressão da ditadura igualmente não foi pequena no estado. No começo dos anos 1970, os agrupamentos acabaram desbaratos, com os militantes sendo torturados, presos e condenados pela Justiça Militar (FARIAS, 2007).

Os primeiros presos políticos chegaram ao IPPS no começo do ano de 1971. Eram os militantes da Ação Libertadora Nacional, condenados à prisão perpétua ou a longas penas em virtude do chamado “caso de São Benedito” – o nome é uma referência à cidade cearense onde a ALN, em 1970, justicou/assassinou o comerciante José Armando Rodrigues, acusado de ser possível delator. Os órgãos de segurança fizeram uma verdadeira operação de guerra quando da transferência dos guerrilheiros para o presídio, como disse o ex-integrante da ALN, William Montenegro:

A transferência do 23 BC [23º Batalhão de Caçadores, nas imediações do centro de Fortaleza] para o IPPS foi uma coisa meio exagerada [risos]. Erámos apenas quatro ou cinco presos. Fomos num caminhão. À frente, num jipe, o subcomandante do 23 BC. Vários, vários carros com soldados armados. Eles fechavam as ruas, todas as ruas, para o comboio passar².

Esse rigor de segurança talvez indicasse o temor dos órgãos de segurança quanto a alguma ação de libertação dos militantes por organizações armadas. Por outro lado, a verdadeira espetacularização da transferência buscava mostrar a força e vitória do governo no combate a seus inimigos e deixar claro para a sociedade a periculosidade representada pelos “terroristas”, uma ameaça séria à ordem social, sobre a qual a vigilância não deveria ter hesitações. Não foi coincidência, na conclusão do inquérito do caso de São Benedito, a Polícia Federal ter pedido pena de morte para alguns dos principais envolvidos, o que foi atendido inicialmente pela Justiça Militar. Posteriormente, com recursos judiciais impetrados pela defesa dos militantes, a pena foi comutada em prisão perpétua (FARIAS, 2007).

No presídio novo, ainda com acabamentos a serem realizados, os ativistas foram alocados nas ruas do pavilhão sete (P7). Ainda que nos anos seguintes ocorressem eventuais contatos com os presos comuns, nos banhos de sol, nos jogos de futebol, etc., os militantes de esquerda foram mantidos à parte. Vários fatores ajudam a entender esse

² Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

afastamento. Para a ditadura, era uma forma de evitar problemas, dos presos políticos passarem suas ideias e práticas “subversivas” para a massa carcerária ou receber solidariedade ou apoio para fugas ou tentativas de fugas, como se dera em presídios do sudeste (RIBEIRO, 2007: 90). Inversamente, a direção prisional, conforme o ex-funcionário do IPPS, Antônio Rodrigues³, temia que os presos comuns trouxessem os militantes para a “vida da marginália” (consumo de drogas, assaltos, etc.). Existia por parte dos ativistas a defesa da separação, por temerem a violência da prisão e para caracterizar a condição de presos políticos. Ou seja, a separação não deixava de se vincular à condição política dos militantes, “subversivos” que eram, bem como à origem social dos mesmos, em geral, homens com estudos, de classe média, gente que temia ou não poderia se misturar com os presos comuns, “pretos e pobres”. Nem quando prendia seus inimigos políticos, o Estado brasileiro deixava de evidenciar o caráter classista e étnico do sistema carcerário...

Sendo o número de presos políticos pequeno e havendo espaço no presídio recém-inaugurado, a direção do Paulo Sarasate e a Justiça Militar determinaram que os ativistas ocupassem celas individuais, ao contrário do que se deu em outros presídios do Brasil, como Tiradentes (FREIRE, AMADA, PONCE, 1997) e Itamaracá (CÔRTEZ, 2012). Inicialmente, os ativistas estavam reclusos numa única rua/galeria do Pavilhão sete. Com as “queda” (prisão) dos militantes do PCdoB, a partir de 1973, essa primeira rua ficou com todas as 25 celas lotadas, sendo alguns dos novatos postos em outra galeria do mesmo P7. Posteriormente, quando do cumprimento das penas ou absolvição dos que esperavam julgamento e consequente libertação de militantes, os presos remanescentes voltaram a ficar numa única rua. Assim, exceto em alguns momentos de maior lotação, geralmente algumas celas da galeria dos presos políticos ficavam vazias.

Unidos pelas grades

Em estudo sobre prisões, manicômios, etc., o sociólogo canadense Erving Goffman (1974) afirma que era necessário deixar claro ao interno nos primeiros tempos a ruptura com o seu passado do mundo exterior, para que, assim, se submetesse e se adequasse às normas, disciplinas e objetivos da instituição. Tentava-se enquadrá-lo como uma peça na

³ Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

máquina administrativa do presídio. O interno novato tira impressões digitais, recebe instruções das regras locais, sabe qual será sua cela, etc. Assim o foi com os militantes de esquerda. Estes, ao chegarem ao IPPS, eram recebidos por funcionários os quais expunham as regras básicas a serem obedecidas e seguidas. No caso dos primeiros ativistas, a recepção foi realizada pelo próprio diretor do presídio, coronel da PM Francisco Bento da Silva. Segundo o ex-militante da ALN, William Montenegro, o diretor falou sobre as regras da instituição e chegou mesmo a elogiar os rapazes que “eram boa gente”, apenas estavam no “caminho errado”, mas que dentro do IPPS iriam se “redimir de seus erros com a sociedade”⁴.

A seguir, então, os militantes sofriam rigorosa inspeção, mesmo tendo sido vistoriados quando da saída dos quartéis e prisões de interrogatório. Tal prática não deixava de ser igualmente uma ação de coação, de intimidação, um recado da estrutura prisional da ditadura dando a entender que os presos políticos continuariam sob vigilância. Após a inspeção, os presos iam para a secretaria do presídio, preenchendo uma ficha com dados pessoais e o porquê da prisão. Assinavam a ficha e faziam a identificação digital, recebendo novas orientações sobre o funcionamento do presídio e sendo encaminhados, enfim, para as celas.

Os presos políticos deviam se submeter às regras da instituição, como os demais internos, afinal, pelo menos no discurso oficial da ditadura, eram reconhecidos como criminosos comuns. A direção do IPPS, nos primeiros tempos do presídio, buscou exigir o cumprimento rigoroso das regras. Pode-se entender esse rigor, afora o perigo que se imaginava representar os “terroristas” e o temor que alguma organização armada os tentasse libertar, como um teste de obediência, de quebrar qualquer tendência de resistência que o novato trouxesse do mundo externo. Esses pressupostos foram confirmados por William Montenegro, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN):

Nós éramos limitados dentro de uma galeria nos primeiros tempos. E não saíamos da galeria. Então, no começo era cela fechada, a galeria fechada e a cela fechada, fechada. Tínhamos um banho de sol, com policiais armados... Pro banho de sol era uma preparação, tinha polícia, entrava polícia, abria cela, era fila indiana (...)⁵.

⁴ Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

⁵ Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

A recepção no pavilhão pelos demais ativistas a um novato era calorosa, com abraços e sorrisos. Segundo o ex-membro do PCBR, Célio Miranda, existia um sentimento misto por parte dos internos nesse momento: “era ruim porque era mais um companheiro que está ali, preso, derrotado, não estando na ativa pela revolução. Mas era bom também porque quebrava a rotina. Para eles, a gente dizia como eram as coisas, como funcionavam dentro do pavilhão”⁶.

Não obstante, se o contato inicial e a convivência cotidiana serviram para os veteranos informarem aos novatos sobre as regras do presídio, por outro lado, possibilitavam aos presos políticos a transmissão de experiências ou o desenvolvimento de práticas para igualmente subverterem ou atenuarem as determinações da direção prisional. Em outras palavras, desenvolveram táticas, como diz Certeau (2004), para escapar ou diminuir a pressão das normas e da estrutura autoritária carcerária e ditatorial.

Desejamos ressaltar que a convivência entre os presos políticos, desde a chegada dos militantes ao presídio, foi de relevo para atenuar as condições impostas e sobreviver dentro da estrutura carcerária da ditadura, buscar melhores condições de existência, recuperar o equilíbrio psicológico, retomar projetos políticos, refletir sobre as experiências da guerrilha. Ou seja, os internos tiveram, desde o início, na convivência entre si, na troca de experiências e novos usos, mecanismos que lhes permitiram o apoio mútuo, a sobrevivência dentro da prisão e, extensivamente, o repensar e reelaboração de identidades e perspectivas políticas. Talvez não por coincidência, nos primeiros anos, para tentar evitar ou dificultar as relações sociais, a direção do presídio buscasse manter os presos em celas individuais e vetar as conversas entre eles próprios e até com carcereiros e presos comuns, conforme revelou o ex-agente penitenciário do IPPS, Antônio Rodrigues⁷. A importância da união entre os presos políticos foi ressaltada por Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR.

Nós estávamos presos, não sabíamos que um dia a Anistia pudesse acontecer. A gente tinha que contar com a gente mesmo, se unir, enfrentar um dia por vez, se apoiando, buscando melhorar as condições de vida dentro do presídio⁸.

⁶ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

⁷ Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

⁸ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Não deixava de ser uma grande ironia que o presídio, ao permitir a convivência dos presos políticos, acabasse contribuindo para a recuperação física, moral e política dos inimigos da ditadura. A prisão, como um local de isolamento dos “terroristas” do resto da sociedade, virava um centro de reunião e apoio mútuo. Derrotados, abatidos, torturados, com dúvidas quanto ao futuro e submetidos a regras rigorosas (de início, sobremaneira), os militantes da esquerda acabaram por reencontrar seus companheiros ali nos cárceres. Numa mescla de alívio e resignação, viam que apesar de tudo, haviam sobrevivido ao “inferno” e que outros também o tinham. Podiam, enfim, trocar notícias, passá-las a familiares e amigos, angustiados com os sumiços de seus filhos e filhas, fossem em virtude dos sequestros dos órgãos de repressão, fosse pelo mergulho que os mesmos deram na clandestinidade ante o endurecimento do regime no final dos anos 1960.

O coletivo

O apoio moral e psicológico, o companheirismo, as ajudas mútuas, até a assistência na saúde, etc., não podem ser menosprezadas em sua relevância para os militantes da luta armada dentro dos cárceres. Não por acaso, os primeiros presos políticos do IPPS buscaram logo estruturar um *coletivo*. A organização de coletivos era uma antiga prática das esquerdas nas prisões. Regina Célia Cardoso (2002) fala dos coletivos organizados nas prisões cariocas nos anos 1930 pelos militantes do PCB, após o fracasso da chamada Intentona Comunista. Graciliano Ramos (2004) não deixou de abordar o coletivo em *Memórias do Cárcere*. O coletivo consistia, pois, numa instância de organização, poder e representação dos presos dentro do presídio, “cuja finalidade era a união em torno de princípios básicos de convivência, da defesa dos requisitos mínimos de sobrevivência na prisão e de resistência ao governo” (CARDOSO, 2002: 192). William Montenegro contou-nos acerca da criação do coletivo no IPPS:

Lá pelo 71, 72, aí liberaram as celas abertas. Aí, claro, a convivência foi muito maior, depois de um certo tempo, a gente começou a organizar o que a gente chamava de coletivo. Pegávamos, acho que éramos uns 10, 11, que era assim mais constante, então, cada fazia o almoço do dia e o jantar, um era responsável pelas roupas pra mandar lavar, outro era responsável pela limpeza, sempre tinham três e ficavam revezando, três

em três. Fazia limpeza no corredor. Passava uma temporada muito longa, uma organização muito grande⁹.

O coletivo buscou arregimentar os militantes na intenção de permitir melhores condições de sobrevivência dentro do presídio. Organizou as turmas dos responsáveis pela limpeza do ambiente, pela cozinha, pelos grupos de estudos, os horários e funções a cumprirem, etc. Administrou os mantimentos enviados pelas famílias quando das visitas, mantimentos esses que seriam tidos como comuns e repartidos entre todos. Essa repartição era vital, pois havia presos políticos cujas famílias eram pobres ou estavam passando por necessidades financeiras em virtude da prisão dos maridos. Existiam igualmente internos cujos familiares moravam em outros estados ou no interior cearense e as visitas destes, trazendo algum mantimento, eram mais difíceis e raras. O coletivo estruturou ainda as oficinas de artesanato, uma biblioteca e uma pequena farmácia, com alguns remédios de primeira necessidade. Estabeleceu mesmo as regras de convivência e respeito entre os presos políticos. Também foi a representação do grupo perante a direção do IPPS.

A convivência mútua e solidária, dentro do possível, o apoio aos companheiros, a organização de um coletivo para gerir as atividades dos ativistas de esquerda no IPPS chamavam a atenção dos presos comuns, que, porém, não conseguiam reproduzi-la (FARIAS, 2018). Ao que atribuir, então, aquela peculiaridade dos presos políticos? Essas práticas coletivistas não deixavam de ser, pelo menos naquele micro espaço, uma espécie de concretização dos ideais que moveram os militantes a pegarem em armas. Acreditamos que tais peculiaridades não podem ser desvinculadas da cultura política comunista dos militantes de esquerda armada.

Serge Berstein (1998) enfatizou a importância da cultura política, que possibilitaria aos historiadores melhores respostas para a explicação dos complexos comportamentos políticos no decorrer da História, ainda que não fosse a “chave universal”, única, capaz de abrir todas as portas e responder a tudo. O historiador francês ressaltou a cultura política como um conjunto coerente, em que todos os elementos estão vinculados, implicando uma forma de representação do mundo e de identidade dos indivíduos. Há uma leitura comum do passado histórico, uma projeção do futuro vivida em conjunto, uma visão institucional que se traduz no plano de organização política do Estado, uma concepção de sociedade

⁹ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

ideal, um discurso codificado em que o vocabulário usado, as palavras-chaves, tem significados, os ritos e símbolos denotam um sentido, etc. A cultura política não é estanque, imóvel. É um fenômeno dinâmico, que muda conforme os contextos históricos, podendo-se perceber seu aparecimento, elaboração e evolução ao longo do tempo. As culturas políticas não nascem ao acaso, mas, sim, como respostas aos grandes problemas e crises vividos pelas sociedades. Como fenômeno móvel, a cultura política está mudando, evoluindo, se enriquecendo com múltiplas contribuições. São contribuições vindas de outras culturas, as ideias surgidas nas novas conjunturas, as respostas para problemas do momento.

A cultura política, ainda segundo Berstein (1998), apresenta dois espectros destacáveis para a História: a evidência de um fenômeno individual, interiorizado pelos indivíduos, e um fenômeno coletivo, partilhado por numerosos grupos. O primeiro ponto, de como a cultura política influencia no comportamento de uma pessoa, apresenta lentidão e complexidade em sua elaboração. Obtida no decurso da formação intelectual e reforçada com os acontecimentos verificados ao longo da existência humana, a cultura política tem aumentada a convicção nela e a sua utilização com chave fundamental para leitura do real. Torna-se, dessa forma, um fenômeno profundamente interiorizado, impermeável mesmo à crítica racional, pois esta, se aceita, seria um questionamento à própria identidade do homem.

Em sua perspectiva coletiva, a cultura política interessa à História por permitir entender um fenômeno compartilhado por grupos inteiros, que reclamam os mesmos princípios e vivem as mesmas experiências. A cultura política permite entender a concepção de geração, ou seja, pessoas que vivendo numa mesma conjuntura, submetidas às mesmas normas de uma sociedade, tendo feito as mesmas escolhas e enfrentado as mesmas crises, acabam tendo comportamentos solidários defronte novos acontecimentos (BERSTEIN, 1998).

Assim, há culturas políticas peculiares a diversas instituições e grupos, como as dos comunistas, que transcendem as instituições partidárias, mas que no caso do Brasil teve no Partido Comunista Brasileiro (PCB) sua grande referência inicial (FERREIRA, 2002). Culturas comunistas, no plural, ressalte-se, pois, se por um lado, não deve se desprezar as escolhas individuais dos ativistas, por outro, não se pode ignorar as diversidades e particularismos dos contextos históricos e lugares, bem como as práticas da militância e os

próprios dinamismos dos processos históricos (MOTTA, 2013). A ideia aqui defendida é que elementos das culturas políticas comunistas precisam ser levados em consideração para explicar e entender o convívio, as práticas cotidianas e ações políticas dos militantes a esquerda armada dentro do IPPS, tributários que estes eram do PCB, ainda que tivessem rompido ruidosamente ou condenassem a agremiação.

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2013), a cultura comunista foi marcada primordialmente pela ideologia política, que não se apresentava apenas como uma visão de mundo, um esquema coletivo de interpretação da realidade. Propunham uma imagem de Estado e de funcionamento da sociedade presente e futura, o que passou a conformar o pensamento, as ações e, no limite, a prática e identidade dos militantes. Dentre os valores e práticas interiorizados pelos militantes comunistas estava a humildade, a fidelidade e a obediência ao partido (ou à organização), uma disciplina férrea, o respeito à hierarquia e normas de conduta, a exaltação dos líderes comunistas; havia a crença na razão, na ciência e no progresso, que tirariam os homens do atraso social e ignorância; havia um vocabulário próprio (*autocrítica, desbunde*, entre outros termos) e a crença na abnegação, com sacrifícios pessoais e familiares; enfatizava-se, ao mesmo tempo, o nacionalismo e o internacionalismo – pregava o combate ao imperialismo, em geral manifestado como antiamericanismo, e defendia interesses tidos como nacionais. Partilhavam símbolos e rituais, como a cor vermelha e a comemoração do Primeiro de Maio, e exaltavam o universalismo, o laicismo e o igualitarismo, valorizando a educação como vetor capaz de disseminar valores de uma nova sociedade. Enfim, havia a aposta de um novo homem, dotado de uma nova (e rígida) moralidade, que enfatizavam socialização dos bens materiais e o coletivismo como o melhor para a sociedade.

Dessa maneira, a solidariedade entre os presos políticos e as orientações do coletivo, que gerenciava as condutas (o modelo a ser seguido por todos), que dividia os mantimentos, que organizava o trabalho, que administrava os bens e representava os encarcerados perante a direção institucional do IPPS, etc., pareciam a materialização dos ideais daquele novo homem, conforme elementos culturais comunistas. Era uma experiência concretizada, ironicamente, pela cadeia, onde os ativistas estavam trancafiados, mas em convívio, após a derrota da luta armada e do projeto de implantar o socialismo ou um governo popular. As culturas políticas comunistas, portanto, têm destaque para compreender as relações

coletivistas e solidárias peculiares dos presos políticos nas brechas que abriam nas estruturas prisionais da ditadura.

A greve de fome de 1974

Não é realístico, entretanto, idealizar como perfeita a convivência dos militantes da esquerda armada no IPPS. Pelos depoimentos aos quais tivemos acessos, não deixaram de acontecer divergências e embates entre os internos, denotando as dificuldades, pois, na (re)construção das identidades e dos projetos político dos ativistas. Essas discordâncias podiam ter variadas causas, como as tensões de convivência cotidiana por um longo período dentro de um mesmo ambiente; ou as disputas políticas trazidas ainda da fase da luta armada entre as organizações revolucionárias; ou ainda as discordâncias acerca das construções dos novos projetos políticos ou das posições políticas dos ativistas nos cárceres.

Divergências sucediam-se acerca da natureza do próprio coletivo. Deveria ser este prioritariamente um órgão de representação dos presos, para a organização da rotina e melhoria das condições carcerárias? Ou seria um órgão de atuação política, entenda-se, de combate e denuncia da ditadura e reorganização da militância em prol de um projeto revolucionário e, nos primeiros anos, da continuação da luta armada? Disse Mário Albuquerque, ex-integrante do PCBR:

A luta pelas melhorias carcerárias não era uma questão fácil dentro do presídio, não só aqui, mas em outros presídios do Brasil. Para muita gente, melhorar as condições seria aceitar a condição de preso. “Você quer tornar a cadeia melhor, que ser mesmo preso, quer continuar como preso?”¹⁰.

Não que as duas concepções não pudessem ser contempladas ao mesmo tempo – pelo que percebemos, o foram o tempo todo, havendo, sim, uma maior ou menor ênfase de um dos aspectos ao longo dos anos. Nos primeiros tempos dos revolucionários no IPPS, o foco esteve no aspecto político, até mesmo pela recente frustração com a derrota da luta armada e os sonhos de muitos dos presos de fugirem, serem libertos, etc. para continuarem

¹⁰ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

a guerrilha. Era necessário enfatizar a luta política dentro da cadeia, deixar claro aos algozes que a revolução não acabara.

Alguns militantes, entretanto, não enxergavam a prisão como um local ideal para realizar o enfrentamento aberto da ditadura a contendo. As motivações para tanto variavam. Alguns estavam questionando a luta armada já nos primeiros anos da década de 70. Outros até acreditavam ainda na guerrilha, mas estavam cansados da luta, marcados que foram pelas torturas ou pela frustração do fracasso imediato da revolução. Alguns outros não desejavam mais a militância em nenhuma organização política. E existiam aqueles que, sendo adeptos ou não da tática armada ou de organizações revolucionárias, haviam sido condenados a penas curtas ou esperavam julgamento para breve. Neste caso, um maior atrito com a direção institucional do IPPS poderia lhes trazer problemas na Justiça Militar. Quaisquer que fossem as motivações, esse grupo de ativistas entendia que aquele deveria ser um momento de recuo, de cumprir a pena e sair o mais breve da prisão, tornar a passagem ali o “melhor possível”, não criar atritos com a direção, não gerar fatores que levassem à punição e prolongamento do encarceramento. Célio Miranda, condenado a um ano de reclusão, afirmou em seu depoimento: “Quando eu cheguei lá [no IPPS], eu talvez era o único do PCBR que não me considerava mais do Partido, não queria mais a luta armada. Eu queria cumprir a pena e voltar pra minha vida”¹¹.

Outros ativistas, fossem por opção eminentemente pessoal ou partidária, continuavam a endossar a ação política do coletivo, priorizando o enfrentamento da ditadura na prisão e o projeto armado revolucionário. Pelo que auferimos com os entrevistados, era grande a influência do PCdoB entre os presos políticos do IPPS. Inicialmente, os militantes da ALN eram maioria no pavilhão sete, detidos que foram no começo dos anos 1970 com o caso de São Benedito. Depois, ao que parece, a partir de 1973, o PCdoB passou a deter a maioria do coletivo. Isso porque se deu naquele ano uma forte repressão sobre os membros do partido Brasil afora, inclusive em Fortaleza, no contexto do combate à guerrilha do Araguaia. A ALN e o PCBR haviam sido totalmente desbaratados, sumindo do firmamento político das esquerdas; o PCdoB, não. O Partido Comunista do Brasil, ainda que enfraquecido, apresentava uma melhor estruturação, com uma cúpula dirigente e filiados.

¹¹ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

Os presos faziam “política 24 horas por dia”, como disse Jacob Gorender (1999: 251), em referência ao tempo que ficou encarcerado no presídio Tiradentes, em São Paulo. Os militantes vinculados a um partido dentro do IPPS, de certa maneira, continuavam clandestino ou entravam em outra clandestinidade, visto que muitos deles estavam ali encarcerados sob a acusação de terem participado de organização política ilegal, conforme a legislação da ditadura (FARIA, 2005). Dessa maneira, não surpreende que aqueles ativistas que ainda acreditavam na luta armada, defendendo uma atuação mais política do coletivo, tenham tido contatos com o PCdoB. Militantes falaram mesmo da possibilidade de fuga, como afirmou o ex-integrante da ALN, Fabiani Cunha, para ajudar na guerrilha do Araguaia.

Nós tínhamos um plano de fuga para sair do IPPS e ir reforçar a guerrilha do Araguaia. Eu falei para o Rogério [Lustosa, militante do PCdoB, também detido na prisão] que ia retirar o pessoal dali, mas que queria um lugar seguro para manter todos depois. O PCdoB deveria receber o pessoal e levar com segurança até o Araguaia. Aí ele consultou o partido, que disse que não tinha condições de proteger o pessoal. Ficava clara ali a estrutura frágil da guerrilha. Se eu tivesse ido, tinha morrido¹².

A referida divergência acerca da natureza do coletivo trouxe sério problema de convivência para os internos em 1974, quando de uma greve de fome, a primeira feita pelos presos políticos do presídio. Um grupo de ativistas se recusou a aderir ao movimento.

Talvez em virtude da polêmica do assunto, entenda-se, a exposição de uma fratura dentro do coletivo, indo, pois, contra a memória construída dos presos unidos no presídio, alguns dos entrevistados abordaram rapidamente o tema e não explicaram exatamente o porquê de alguns dos militantes não terem participado da greve. Outros, de forma aparentemente desconfortável, até falaram do movimento, mas enfatizando que todos os presos aderiram à greve ou que não lembravam se alguns dos ativistas deixaram de participar ou que não sabiam as razões para a não adesão de uma parte dos ativistas. Pode ser que, de fato, apresentassem dúvidas (afinal, faz mais de 40 anos do incidente), mas estranha-se que um episódio como este, tão importante – a primeira greve de fome – tenha caído no esquecimento.

¹² Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

Olhando as várias pastas da Associação 64-68, entidade que congrega ex-presos políticos cearenses, encontramos um relatório do SNI (Serviço Nacional de Informação), agência de Fortaleza, sobre a greve dos presos políticos, datado de 4 de junho de 1974¹³. O relatório, com carimbo de confidencial, informava o eventual motivo da greve, um atrito, acontecido a 27 de maio de 1974, entre o velho militante de origem portuguesa, José Duarte, ligado ao PCdoB, e o chefe da guarda penitenciária, guarda José Marcílio de Farias. O guarda, conforme o documento, estava cumprindo suas obrigações, ou seja, sendo rigoroso quanto aos horários dos intervalos para banhos de sol, funcionamentos de televisores e proibições de contatos e conversas entre os presos políticos das galerias do P7. Duarte buscara falar com um dos presos da galeria vizinha, sendo advertido pelo guarda. O integrante do PCdoB teria, então, dito palavras e ameaçado Farias: “fora do presídio alguém tomaria providências a meu favor”, informou o relatório. Em consequência, José Duarte foi recolhido à sua cela, sendo mantido trancafiado e incomunicável (naquele período, normalmente as celas eram abertas pela manhã, podendo os presos circular dentro das galerias).

O ex-militante da ALN Fabiani Cunha conta outra versão para o atrito entre Duarte e o guarda:

Na época, nós estávamos em galerias separadas, porque o pessoal do PCdoB tava caindo e foram colocados em outra rua. A gente era proibido de se comunicar, os presos de uma galeria com a outra. Nessa outra galeria, estava o Duarte, o Manuel da Conceição, o Dower, uns poucos, gente do PCdoB. E o Duarte na época, tinha setenta e tantos anos, era bastante idoso e tinha problema de coração. Os remédios dele tinham esgotado. Mas a gente, de nossa galeria, tinha esse remédio dele em nossa farmacinha coletiva e ia pegar para ele. Quando o Gondim em nossa galeria estava nesse diálogo no portão sobre o remédio, o guardinha lá flagrou os dois conversando. Aí criou a confusão. Trancaram o Duarte. Aí a gente disse que só ia aceitar receber qualquer refeição quando vocês [funcionários] abrirem esse negócio [cela] e soltarem o Duarte. Aí começou a greve de fome em solidariedade ao Duarte e todos os presos políticos apoiaram¹⁴.

Papito de Oliveira (2009), em seu livro sobre a comissão cearense de Anistia, no trecho dedicado a José Duarte, não cita o atrito deste com o guarda, apresentando outra

¹³ Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 4 de junho de 1974. Acervo da Associação 64-68.

¹⁴ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

versão para a greve, uma revolta dos presos contra a proibição do acesso a jornais e livros e os rigores nas revistas às pessoas que os visitavam o presídio. Papito de Oliveira igualmente não aborda a falta de adesão de alguns presos ao movimento. William Montenegro ratificou a informação sobre as reivindicações no seu depoimento:

Fizemos uma greve de fome sobre essa questão das visitas, da carteirinha. Passamos, acho, nove dias em greve de fome, gente foi para o hospital. Mas nós conseguimos. Era muito constrangedor, as mulheres tinham que agachar, ficar nuas, as vezes, era uma situação horrível¹⁵.

A questão do atrito entre o guarda e José Duarte desencadeou a greve de fome, conforme o relatório do SNI, mas não teria sido a causa única. Constituiu-se possivelmente um estopim, pois os presos políticos apresentavam outras reivindicações e reclamações. Afirmou Fabiani Cunha: “nós nos solidarizamos ao Duarte, porque havia outras questões pendentes, como a humilhação as famílias na entrada das visitas, etc.”. Ou seja, os militantes da esquerda armada aproveitaram a greve de fome para intensificar a atuação política do coletivo, desafiando o autoritarismo do presídio e da ditadura, numa postura eminentemente política, e buscaram melhorias das condições dentro dos cárceres. Enfatizaram o político no objetivo de melhorar as estruturas prisionais e resolver problemas do cotidiano prisional.

Conforme o citado relatório do SNI, 13 dos 17 presos declaram-se em greve de fome, exigindo a revogação da punição a Duarte, chamada de *prisão celular*. O relatório diz que a Auditoria da 10ª Circunscrição Militar deu apoio ao diretor do IPPS, na intenção de manter a disciplina no presídio. Os presos em greve de fome receberam a mesma punição de Duarte, ou seja, foram trancafiados em suas celas. Outro relatório do SNI, de 31 de maio de 1974, diz que a greve tinha como líderes, José Duarte, na rua (galeria) E, e Waldemar Rodrigues e Fabiani Cunha, na rua H, este dois últimos ligados à extinta ALN¹⁶.

Dos quatro presos políticos que não endossaram a greve de fome, um, Jonas Daniel, aguardava julgamento; outro, José Bento, estava na iminência de concluir a pena, sendo liberto no ano seguinte; um terceiro, de estado de saúde frágil, José Ferreira, aguardava

¹⁵ Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

¹⁶ Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 31 de maio de 1974. Acervo da Associação 64-68.

recurso judicial e também seria liberto em 1975, absolvido das acusações; apenas o quarto preso político, José Sales, tinha recebido uma condenação mais longa, mas constituía-se um dos que não eram bem quistos dentro do coletivo, acusado de “ter falado demais” quando da prisão (OLIVEIRA, 2009). Percebe-se que os três primeiros talvez não quisessem criar atritos com a Justiça Militar por estarem na iminência de deixarem o presídio. O quarto talvez agisse em retaliação a eventuais restrições que sofria por parte dos demais presos.

O relatório do SNI informa ainda o esforço das autoridades para evitar que o assunto vazasse para a imprensa. Naquele momento, não interessava à ditadura divulgar a existência de guerrilheiros e de luta armada (como ocorria no Araguaia), para evitar efeitos propagandísticos e não endossar as denúncias de torturas, assassinatos e violações de direitos humanos que circulavam no Brasil e no exterior (TELES, 2011). Conforme Papito de Oliveira (OLIVEIRA, 2009: 86), a greve duraria 10 dias (os entrevistados falaram em nove e onze dias), chegando ao fim graças à intermediação da Cúria Metropolitana de Fortaleza, então sob o comando do cardeal Dom Aloísio Lorscheider. As reivindicações dos presos foram atendidas.

O êxito da paralisação possivelmente favoreceu a posição daqueles que defendiam um coletivo privilegiando as ações políticas, em virtude do enfrentamento aberto com a direção do presídio, pois, através da greve, não apenas se enfrentou a ditadura como se obtiveram algumas melhorias dentro da estrutura carcerária. O episódio, entretanto, deixou rugas, uma certa divisão, por algum tempo, entre os ativistas. Os que não aderiram à greve passaram a sofrer restrições por parte dos outros militantes. Acabaram mesmo colocados em outra rua, no primeiro andar do pavilhão sete, onde foram postos também um ou outro dos novos presos, recém chegados com as “quedas” do PCdoB e PCB. Surgiram, assim, três galerias de presos políticos, com o grupo dissidente formando uma espécie de mini-coletivo autônomo, por certo período. Posteriormente, na segunda metade dos anos 1970, quando a divergência foi aplainada e vários presos passaram a deixar o presídio após o cumprimento das penas, os presos políticos voltaram a ficar numa única rua do pavilhão sete, havendo a reunificação do coletivo.

A divisão dos presos políticos, desgastante tanto para as relações internas entre os encarcerados, como perante o corpo de funcionários do presídio, seria explorada pela direção institucional, que deliberadamente passou a atender aos grupos de forma diferente.

Os presos que chegaram ao IPPS depois da divisão tiveram que escolher em que ruas desejavam permanecer, denotando já um posicionamento perante os grupos que se antagonizaram, como relevou Mário Albuquerque.

Quando eu vim de Itamaracá [em 1975], eu já sabia da divisão dos presos políticos em três galerias. Eles [membros da direção] me prepararam uma armadilha, para eu escolher em que coletivo ficaria e assim me indispor com os outros [presos]. Dito e feito. “Para onde você quer ir?”, perguntaram. Ai eu disse, eu vou para onde vocês determinarem, eu não vou escolher. Vocês que determinam. E ai me mandaram para esse grupo dissidente da greve, que era um grupo que estava meio estigmatizado. Dentro do ideário da esquerda, pessoas que não participam desse tipo de movimento são logo recriminada moralmente, são vacilantes, covardes, etc¹⁷.

Divergências

Mas não apenas divergências acerca da natureza do coletivo levariam a conflitos no IPPS. Estar dentro de um presídio, como disse um dos entrevistados, é viver um “casamento forçado”, ainda que as celas fossem individuais e posteriormente ficassem abertas o dia todo, com os presos podendo circular pelos corredores. As diferenças de personalidade, a rotina e os problemas do dia a dia levavam a atritos. Nesses casos, com o coletivo estabelecendo a conduta ideal para todos, também caber-lhe-ia encontrar as soluções e contornar os problemas. Denotava-se mais um elemento típico das esquerdas, o denominado centralismo democrático. Havendo um atrito, o coletivo se reunia e após longos e intensos debates entre os presos políticos, buscava-se chegar a um acordo. Em algumas ocasiões, porém, acabou se impondo uma decisão conforme a vontade da maioria, um “acordo” ao qual todos deveriam submeter-se. Não obstante, nem sempre havia a adesão dos presos às determinações do coletivo.

As decisões poderiam ser questionadas e desafiadas, gerando mais indisposições. E muitas vezes a solução do problema não escapava as divergências políticas das organizações, que embora no além muros do presídio estivessem extintas ou enfraquecidas,

¹⁷ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

persistiam no interior do IPPS, influenciando relações entre presos e decisões do coletivo.

José Machado, ex-integrante da ALN e PCBR, conta um caso exemplar:

O coletivo resolvia os problemas pessoais que surgiam nas relações, que não eram poucas. Reunia todo mundo e colocava em discurso. (...) Eu tive um problema com um cara lá. Estavam escalados esse cara e um outro para a cozinha. Para fazer a comida, era preciso começar a uma hora, tinha hora fixa. Esse cara tava dormindo e decidiu não ir. O companheiro foi tentar acordar cinco vezes e o cara disse que não ia. Ai faltando 15 minutos, ele foi. Então eu fui lá na cozinha e disse “ei, seu fie de uma égua, por que tu não veio? Não sabe que tem horário? Como tu faz uma putaria dessas?”. Ai ele tava com uma faquinha e deu a entender que ia me furar. Ai eu dei uma porrada nos peitos deles e bateu a cabeça na parede. Ai houve uma reunião do coletivo para discutir isso. Como a maioria era da organização dele, o coletivo votou a favor dele. Era como um time de futebol, se você torce pelo Ceará [Sporting Club], pode dar a maior cagada, mas vai defender o Ceará¹⁸.

Outro elemento exógeno que repercutia nas relações dos presos políticos do IPPS era o resquício de certa hierarquização vinda dos agrupamentos revolucionários e uma tendência a prevalecer a vontade dos líderes e daqueles que haviam realizado ações armadas. Os ativistas que efetivamente pegaram em armas apresentavam mais prestígio em relação aos militantes de apoio e proselitismo político das organizações. Não surpreende, pois, que, por seu prestígio, aqueles exercessem a liderança dentro do IPPS. Era como se fossem uma elite da esquerda armada, detentora de mais prestígio e honra. O mesmo José Machado confessou: “Predominava a hipocrisia, na prática tava todo mundo desbundado, mas tinha cara que se vangloriava, eu sou revolucionário, não sei o que mais, participei de tal ação, ação ‘a’, ação ‘b’¹⁹”.

Outras vezes, o coletivo tinha que resolver questões de convivência mais graves, como aquelas ligadas a quem delatou os entregou os nomes dos companheiros à repressão. Este era um grande tabu para as esquerdas – os que falaram algo comprometedor, ainda que sob torturas, eram execrados. Agora, delatores e delatados estavam no mesmo ambiente. Era uma situação delicada, que influía no modo como os ativistas se tratavam e se encaravam. A postura nesses casos não era unânime entre os internos. Havia militantes que

¹⁸ Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

¹⁹ Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

evitavam maiores contatos com os acusados de delação, inclusive os boicotando. Estes não eram dignos de confiança e tinham contribuindo para o insucesso da luta revolucionária.

O que havia era o seguinte, teve companheiros que a gente tinha uma certa precaução no comportamento deles na polícia. Então, a gente tinha um preconceito contra esses companheiros. Não que ele pudesse delatar algo para a direção, mas porque a gente achava que ele tinha tido um comportamento de fraqueza, falara demais...²⁰

Tão delicada a situação, sobremaneira nos primeiros tempos, que presos políticos, acusados de terem “falado demais”, foram isolados fisicamente dos demais militantes, postos em outras áreas do presídio ou mesmo em outras instituições prisionais. Vale assinalar que alguns dos entrevistados negaram que tal situação tivesse acontecido, embora tenhamos colhido informações com outros internos confirmando o sucedido. Tais militantes sofreram, então, dupla opressão, da ditadura e dos próprios ex-companheiros de armas. Segundo entrevistados²¹, um dos jovens militantes, de 16 anos de idade, acusado de ter levado à “queda” de companheiros do PCBR, foi posto junto com os presos comuns do IPPS. Ali foi, então, acolhido e protegido por um outro interno, homossexual. Sofreu mais uma discriminação, visto que os militantes de esquerda, como boa parte da sociedade, nutriam forte preconceito contra gays. O jovem teria virado motivo de chacotas em virtude da proximidade com a “bicha”. Outros presos, a exemplo de um militante da ALN, acusado de traidor em virtude de sua postura “fraca” após as prisões motivadas pelo Caso de São Benedito, seriam transferidos e cumpriria pena o quartel do Corpo de Bombeiros, no centro de Fortaleza, para garantia da integridade física.

Existiram presos políticos, entretanto, que por uma questão humanitária e sabendo dos desafios cotidianos de estar num presídio, buscavam maior aproximação com os acusados de delação, temendo que o estado psicológico dos mesmos os levasse a situações extremas e tornasse ainda mais delicada a convivência dentro do coletivo. Mas era uma aproximação até certo ponto, por se temer que os eventuais delatores caíssem novo em “fraqueza” e levassem à prisão de outras pessoas ainda livres ou que estavam sendo processadas.

²⁰ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

²¹ Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016. Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

(...) Uma parte do grupo pediu para que algumas pessoas se afastassem, devido a alegação que determinados companheiros tinha (sic) tido fragilidade durante o processo de interrogatório e teria declinado o nome do pessoal do grupo que eles pertenciam. (...) Mas procurava-se preservar a participação desses companheiros no sentido humanitário, que eles tinham que participar, porque havia coisas comuns a todos, como a gestão dos alimentos, a limpeza das celas, uma série de ações do coletivo que a gente fazia, pelo aspecto humano, mesmo esses companheiros tendo essas acusações, eles participavam. Mas quando chegava a questão de estudos políticos, conversas políticas do grupo, sobre a realidade, questão de seguranças do partido, sobre companheiros que ainda estavam soltos e que poderiam ser presos, essas pessoas que tinham fraquejado, essas pessoas eram isoladas, não se discutiam com ela, não. Elas não tinham confiança do grupo²².

Se restrições aos presos políticos que haviam delatado algo persistiriam durante os tempos de prisão, nas reconstruções das memórias, os militantes passaram a refletir e a ter maior sensibilidade acerca das dificuldades de ficar em silêncio ante as brutalidades empregadas pelos agentes da repressão.

Eu depois passei a ser um dos defensores de uns desses casos, como no [X]. Ele foi preso e torturado da maneira mais bárbara possível. (...) Então, perguntei para ele: “[X], por que você falou”? Ai ele olhou pra mim e disse: “é Fabiani, depois que você sente um pau entrando em você...”. Eu disse: “um pau, [X]?”. Ele: “Foi um pau. Quem tá fora é muito bom, mas quem vive isso...”. Na verdade, depois descobrimos que havia sido uma banana de dinamite. Colocaram ele no pau de arara e introduziram a dinamite no... Eles tinham pegue essa dinamite da própria ALN, que tinha tentando estourar um prédio e não tinha dado certo. Chegaram a colocar dinamites num jumento, na frente do [X], explodindo o bicho para meter medo nele. Ameaçaram fazer com ele o que fizeram com o jumento. Ai não tem como não falar, né? Eu entendi. Ele me pediu perdão. Eu confesso, eu não tinha era ânimo para me aproximar mais dele, mas eu entendi. Vamos com calma, vamos ver a história dele. Ele ficou com sequelas físicas e psicológicas terríveis, sangramentos pelo ânus. Um trapo humano. Praticamente se suicidou depois, teria ido tomar banho no mar e se afogou²³.

Tal fala leva-nos a pensar, como faz Pilar Calveiro (2013) acerca da diversidade de condutas nas prisões argentinas da ditadura, como se pode questionar as noções

²² Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

²³ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

reducionistas de colaborador, traidor e herói dentro das experiências da esquerda brasileira na luta armada e presídios. São termos insuficientes, por vezes distorcidos e incompletos para entender fenômenos complexos e imprecisos. Por trás de posturas idealizadas, condutas de aço, esquece-se a possibilidade da fragilidade humana em cenário de dor, opressão e arbítrio. É uma trama em que posições e atitudes se concluem em complexas teias de relações. O companheiro que delatou e agora estava no IPPS tinha sua dolorosa experiência atrás das grades lembrada e condenada por seus colegas, que chegaram a boicotá-lo. O militante que teve amigos caídos, torturados e mortos porque um companheiro os delatou, acabava por provocar o desamparo e a dor (se não física, mas psicológica possivelmente) de um outro preso político. Parafraseando Pilar Calveiro (2013: 120), no IPPS, ninguém pode atribuir a si mesmo a inocência pura, nem a culpa absoluta.

Conclusão

A solidariedade entre os presos políticos foi importante para o processo de recuperação física, psicológica e mesmo de sobrevivência dentro dos cárceres durante a ditadura civil-militar. O apoio psicológico, o apoio mútuo para superar as marcas das torturas, a organização interna e as reflexões contribuíram para os militantes da esquerda armada reconstruir as identidades e projetos políticos. Nesse sentido, os encarcerados se preocuparam em criar o chamado coletivo, buscando organizar suas práticas do cotidiano e melhor fazer se representar ante a direção do presídio e a ditadura.

Acreditamos que essa solidariedade dos presos políticos não era apenas pelas dificuldades dentro da prisão. Tinha a ver com os princípios da cultura política das quais eram portadores. A crença na causa, o sacrifícios, a criação de um novo homem, o coletivismo, o igualitarismo... Esses predicativos, pelo que apuramos em nossa pesquisa de doutorado, estiveram presentes nas práticas e vivências dos ativistas de esquerda no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no Ceará.

Não é, porém, realístico acreditar que houvesse uma inteira colaboração e harmonia entre os presos políticos. Várias questões os dividiam, como a determinação da natureza do próprio coletivo: revolucionário, de enfretamento, ou de ações mais moderada, objetivando melhorias no dia a dia da prisão? Havia igualmente outras questões, como a relação com os militantes que haviam delatado seus companheiros e até problemas de hierarquização que

UNI-VOS, COMPANHEIROS: CULTURA POLÍTICA E MILITANTES DE ESQUERDA ARMADA EM UM PRESÍDIO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

existia nas organizações armadas, entre os que haviam feito ações guerrilheiras e os que atuavam apenas no proselitismo político.

Fontes

Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 4 de junho de 1974. Acervo da Associação 64-68.

Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 31 de maio de 1974. Acervo da Associação 64-68.

Entrevistados

Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

Célio Miranda, ex-militante do PCBR, entrevistado a 8 de julho de 2016.

Fabiani Cunha, o ex-militante da ALN, entrevistado a 28 de março de 2017.

José Machado, ex-militante da ALN e PCBR, entrevistado a 4 de agosto de 2016.

Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR, entrevistado a 14 de abril de 2016.

Wiliam Montenegro, ex-militante da ALN, entrevistado a 24 de setembro de 2016.

Referências bibliográficas

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

CARDOSO, Célia Pedrosa. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2002.

CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79)*. 2012, 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a Ditadura Militar*. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

FARIAS, José Airton de. *Alem das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971- 1978)*. 2018, 348f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FICO, Carlos. *História Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, Granville (Org). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: _____; NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 40. ed. São Paulo: Record, 2004.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório*. 2007, 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

Recebido em: 15 de abril de 2018

Aceito em: 01 de agosto de 2018